

GAZETA
DO SERTÃO

22 DE AGOSTO
DE 1890

dos estrangeiros ;
15. Declarar, por si, ou seus agentes responsáveis, o estado de sitio em que o ponto do território nacional, nos casos de agressão estrangeira, ou grave comunhão interna. (Arts. 77 e 82, n. 22)

16. Estabelecer negociações internacionais, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e aprovar os que os Estados celebrem na conformidade do art. 64, submetendo-os, quando camprado, à autoridade do Congresso.

CAPITULO IV

Dos ministros de Estado

Art. 48. O presidente da república é auxiliado pelos ministros de Estado, agentes do seu ministério, que lhe referendam os actos, e presidem cada um a uma das secretarias, em que se divide a administração federal.

Art. 49. — Os ministros de Estado não poderão aceitar outro emprego ou função pública, nem servir deles presidente ou vice-presidente da União.

Parágrafo único. O deputado, ou senador, que aceitar o cargo de ministro de Estado, perderá o mandato, procedendo-se imediatamente a nova eleição, na qual não poderá ser votado.

Art. 50. — Os ministros de Estado não poderão comparecer às sessões do Congresso, e só se comunicarão com elle por escrito, ou pessoalmente em conferências, e com as comissões das comissões.

Os relatórios anuais dos ministros serão dirigidos ao presidente da república, e comunicados por este ao Congresso.

Art. 51. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 52. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 53. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 54. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 55. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 56. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 57. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 58. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 59. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 60. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

Art. 61. — Os ministros de Estado não são responsáveis ao Congresso, ou aos tribunais pelos conselhos dados ao presidente da república, excepto quando esses conselhos envolverem cumplicidade com elle em delitos de responsabilidade definidos pelas leis penais.

CAPITULO V

Da responsabilidade do presidente

Art. 62. O presidente dos Estados Unidos do Brasil será submetido a processo e julgamento, depois que a câmara declarar procedente a acusação, perante o Supremo Tribunal Federal, nos crimes communs, e, nos de responsabilidades, perante o senado.

Art. 63. São crimes de responsabilidade, no presidente da república, os

que attentam contra :
1. A existência política da União ;
2. A Constituição e a forma do governo federal ;
3. O livre exercício dos poderes políticos ;
4. O gozo e exercício legal dos direitos políticos ou individuais ;

5. Entabilar negociações internacionais, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e aprovar os que os Estados celebrem na conformidade do art. 64, submetendo-os, quando camprado, à autoridade do Congresso.

Art. 64. — Os ministros de Estado

nos usos do art. 50 ;
b) os ministros diplomáticos, nos crimes communs e nos de responsabilidade ;
c) os pleitos entre a União e os Estados, ou entre estes, uns com os outros ;

d) os litígios e reclamações entre nações estrangeiras e a União, ou os Estados ;

e) os conflitos dos juízes ou tribunais federais entre si, ou entre estes e os dos Estados.

11. Julgar, em grau de recurso, as questões resolvidas pelos juízes e tribunais federais, assim como as de que trata o presente artigo § 1., e o art. 60.

111. Rever os processos fundos, nos termos do art. 78.

§ 1. Das sentenças da justiça dos Estados em infinita instância haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal ;

a) quando se questionar sobre a validade ou aplicabilidade de tratados e leis federais, a decisão do tribunal do Estado for contrária ;

b) quando se questionar a validade de leis ou actos dos governos dos Estados em face da Constituição, ondas leis federais ;

c) quando se questionar a validade de leis, efeitos, e reputação efeitos, res. actos ou leis, impugnados.

§ 2. Nos casos em que houver de aplicar leis dos Estados a justiça dos Estados considerar a validade dos actos ou leis, impugnados.

§ 3. Nos casos em que houver de aplicar leis dos Estados a justiça dos Estados considerar a validade dos tribunais locais, e vice-versa a justiça dos Estados considerar a validade dos tribunais federais.

§ 4. Nos casos em que houver de interpretar leis da União.

Art. 60. — Os juízes federais são videntes, perdendo o cargo unicamente por sentença judicial.

§ 1. Os videntes serão determinados por lei do Congresso, que não os poderá diminuir.

§ 2. O senado julgará os membros do Supremo Tribunal Federal, e estes os juízes federais inferiores.

Art. 61. — Os juízes federais elegerão o seu seio os seus presidentes, e organizarão as respectivas secretarias.

§ 1. N'estas a nomeação e demissão dos respectivos empregados, bem como o proxinimo dos ofícios de justiça nas respectivas circunscrições judiciais, compete respectivamente aos rios e lagos do paiz ;

f) as questões de direito criminal ou civil internacional ;

g) os crimes políticos.

§ 1. E vedado ao Congresso cometer qualquer jurisdição federal, á justiça dos Estados.

§ 2. As sentenças e ordens da magistratura federal são executadas por oficiais judiciais da União, aos quais é obrigada a prestar auxilio, quando invocada por elles a polícia local.

Art. 61. — As decisões dos juízes ou

guez.

N'a ideia heróica da Grã-Bretanha houve um rei Venâncio, o Caradur, mau e ignorante, e por isto odiado pelo povo.

Tinha dois tristes, ao mesmo tempo, seus únicos amigos e conselheiros, de nomes Kuring e Kuringão, ou pelo menos eram assim conhecidos pelo povo.

O primeiro era o pastor, palrador, trefego como um macaco; o segundo, posudo, astuto, sanguíneo como um risco, ambos completavam-se na prestação de bons serviços ao seu amo.

Já viu-se cousa similar! Pois os *illustres* Kuring e Kuringão não estão com ciúmes de mim!!

Fiquei sabendo que eu não pretendo ser deputado; eu, um pobre indio! elles para que comprometem tanto á seu amo! Quem faz deputados é o povo e não o Sr. Venâncio; elle não pode dar cadeira no Congresso a ninguem.

É de um idiota que *põe lix e softa*; isto é, uma cousa que deve ser de grande espírito na escola literaria *caricaturada*.

E.....
O historiador ali lá esteende-se muito; e se diver tempo publicarei a continuação do *epílogo*, que é muito interessante.

Essa primeira historia fez-me lembrar o segredo factio narrado por um historiador in-

teressante contra :

1. A existência política da União ;
2. A Constituição e a forma do governo federal ;
3. O livre exercício dos poderes políticos ;

4. O gozo e exercício legal dos direitos políticos ou individuais ;

5. Entabilar negociações internacionais, celebrar ajustes, convenções e tratados, sempre *ad referendum* do Congresso, e aprovar os que os Estados celebrem na conformidade do art. 64, submetendo-os, quando camprado, à autoridade do Congresso.

Art. 64. — Os ministros de Estado

nos usos do art. 50 ;
b) os ministros diplomáticos, nos crimes communs e nos de responsabilidade ;

c) os pleitos entre a União e os Estados, ou entre estes, uns com os outros ;

d) os litígios e reclamações entre nações estrangeiras e a União, ou os Estados ;

e) os conflitos dos juízes ou tribunais federais entre si, ou entre estes e os dos Estados.

11. Julgar, em grau de recurso, as questões resolvidas pelos juízes e tribunais federais, assim como as de que trata o presente artigo § 1., e o art. 60.

111. Rever os processos fundos, nos termos do art. 78.

§ 1. Das sentenças da justiça dos Estados em infinita instância haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 62. — A justiça dos Estados não pode intervir em questões submetidas aos tribunais federais, nem anular, alterar, ou suspender as suas sentenças, ou ordens.

1. Sempre fui democrata, sou republicano, quer o governo do povo pelo povo. Não gozamos ainda dos benefícios de um governo republicano; e por isto os erros da ditadura, que pesa sobre o paiz, não podem ser lançados em conta da república.

Parahyba, 11 de Agosto de 1890
Francisco Retumba

Circular eleitoral

Cidadão eleitor.

Como brasileiro e como militar apresento-me candidato a uma cadeira de deputado no seio da representação nacional.

As minhas crenças religiosas são as da Igreja Católica, onde nasci e tenho vivido; não admittendo trânsito alguma neste ponto. Em assumpto tão elevado não pode haver concessões ou meios.

Tendo concorrido nos limites de muitas poucas forças para a actual forma de governo, sou republicano.

No dia 15 de setembro;

depois de ouvir a missa,

representar interesses de partido algum.

Como brasileiro tenho um pão, como militar corro-me o dever de defendê-lo, contribuindo, quanto em mim couber, para que sejam os mais cédo possíveis as incertezas e hesitações da hora presente, necessariamente consequências inevitáveis da rápida evolução política porque acaba de passar o paiz.

A minha candidatura talvez seja o cumprimento de um dever; porque tenho assinado na *Gazeta do Sertão* atitude de levar a fronte e decidida oposição aos actos do governo provisório, que tão profundamente tem abalado a sociedade.

Toda a nação deseja a prompta e definitiva organização da República dos Estados Unidos do Brasil, esse anhelo

é legítimo, e acredito que o tempo não

será de sobra para que chegue o parlamento a cabal consecução de tão nobre desideratum.

Entre no pleito sem odios, sem resentimentos sem a menor prevenção, resultante de lutas políticas no tempo do regime monárquico. Este passado glorioso deverá ser votado ao mais completo esquecimento.

Cidadão, quando se trata de reconstituir a pátria, quando se agitam questões de tamanha importância para a boa marcha dos negócios públicos, tal me parece ser o mandato especial do representante da nação na vindoura legislatura.

A elle me cingirei, portanto, não me esquecendo nunca de que sou brasileiro e parahybano.

É esse o meu programa.

Esperando ser honrado com o vosso sufrágio, peço-vos, em nome dos interesses patrios, que o estenda aos meus colegas da combinação, em que eu estou.

Rio de Janeiro, 31 de Julho de 1890.
João da Silva RETUMBA.

L. tenente da armada.

ILLUSTRE REDATOR DA ATLETA.

GAZETA DO SERTÃO

Digno-me mandar inserir nas colunas da *Atleta* — *Gazeta do Sertão* — esta lista dos Ilustres Cidadãos que hão de representar este Estado; visto como a dictadura pretende nos impingir para representantes no futuro congresso homens que nem humana dignidade têm, e de todos os que se candidataram.

5. Que V. Revm.® estabeleça quanto antes em sua paróquia o ensino do Catolicismo ou doutrina christã, de conformidade com as leis e recomendações da Igreja.

Além disso veja V. Revm.®

União e liberdade! Honra e mérito!

Para o Congresso Nacional é vontade simétrico intento levá-lo ao nome do Sr. Venâncio, Ruy Barbosa ou de outro qualquer oratório! O diabo que aguentasse a bicha!

E a propósito, Bebedebê e quem anda aconselhando ao governo essas medidas.

Alerta!

União e liberdade! Honra e mérito!

Para o Congresso Nacional é vontade simétrico intento levá-lo ao nome do Sr. Venâncio, Ruy Barbosa ou de outro qualquer oratório!

Além disso veja V. Revm.®

1 Dr. Francisco de Paula e Silva Peimo
5 Dr. Manoel Dantas Correia de Góes
Para Senadores
1 Visconde de Cavalcante
2 Dr. João Florêncio Moira de Vasconcellos
3 Dr. Irineu Joffily

GAZETILHA

Circular episcopal — O Exmo. Sr. Governador do Bispo do Pará attendendo que este estado não tem ainda partido católico organizado, resolveu, depois de ouvir a diversos sacerdotes parahybano, organizar uma chapa para senadores e deputados afim de ser sufragada pelos eleitores católicos deste estado da Parahyba na proxima eleição de 15 de setembro; recomendando-a ao clero por meio da seguinte circular:

Revin.® Snr.

Deus Guarde a V. Revm.®
Reym.® Snr. Vigário de...
C. Fabricio

Governador do Bispo.

<p

Fazendas Baratas — Confia-nos que o Sr. R. Lauritzen, de Timbaúba, prevendo que depois da revolução de 15 de Novembro, subindo os preços do algodão, subirão necessariamente os preços das fazendas, fez com antecedência um grande depósito delas, especialmente de algodões, de sorte que hoje pode vender mais barato do que mesmo no Recife e ganhar dinheiro.

Por exemplo: uma maréa de algodão da Bahia chamado *Sen Igual*, que hoje custa no Recife 30 reis o metro, comprá-lo elle a 220, etc.

Naturalmente irá o Sr. Lauritzen ganhar muito dinheiro, os rios só carregam para o mar, conforme o adágio popular.

Recomendamos, pois, a caza Ingleza de Timbaúba aos negociantes deste estado e aos criadores e agricultores em geral, por ser uma caza italiana, sincrética.

Piancó — Desta vila nos escrevem em data de 11 do corrente:

A junta municipal exerceu a 294 eleitores, qualificados pela junta distrital.

Desses recorreram para o Dr. Juiz de Pintos 204 e é digno, magistrado, devo provimento a 180 e tantos! Cálculo-se por isto o escândalo com que procedeu a junta municipal! Dos excluídos muitos são jurados e autoridades policiais ainda não demetidas!

A intendencia ainda não conseguiu distribuir os títulos. São 800 e muitos os eleitores e consta haver somente 100 títulos.

Bom princípio para uma eleição livre! Grande esperança para a livre manifestação da vontade da nação!!

Jury — Sob a presidência do Juiz de direito interino, bacharel Alfredo Espinola, funcionou o jury, neste termo nos dias 18, 19 e 20 do corrente, sendo julgados três processos.

O primeiro, julgado no dia 18, foi o réo condenado a 7 anos de prisão, grau mínimo do art. 193 do cod. crimi., e os outros dois, acusados por crime de ferimentos graves, foram absolvidos.

Tentativa de roubo — Na noite de sábado para domingo os ladrões tentaram penetrar no estabelecimento do cidadão Francisco José da Costa Macacheira, o que não conseguiram por serem presentidos por aquele cidadão que recusou a visita.

Na mesma noite foram à casa do cidadão Francisco Clemente de Maria donde conseguiram levar consigo cinco caixas de farinha.

O casino religioso — Lemos na *Era Nora* o seguinte:

— Escrivam-nos do Alferez (Santa Catharina) :

“Sípendo os moradores do Alferez que não se espinaya mais religião nas suas escolas ali existentes, inspiraram seus filhos e filhas das mesmas.”

A autoridade local para não serem fechadas as escolas, mandou que se ensinasse a religião como antes.

E dizem que todas as novidades que se tem decretado são *aspirações nacionais*!?

VISITAS DEIN

No dia 15 do corrente faleceu nesta cidade, na idade de 23 annos, D. Isabel Cavalcante de Sá Albuquerque, professora pública da cadeira do sexo feminino.

A jovem senhora achava-se aqui apenas há trez meses; e nos poucos dias que exerceu o seu magisterio, manifestou grande aptidão e a previsiva instrução para bem reger a sua ca leira.

Era casada com o cidadão João Sympes da Silva e não deixou filhos.

Ao mesmo vnuvo e à toda família da finada damos os nossos sinceros pesares;

ANNUNCIOS

CAJURUBÉBA

Propriedade & uso d'jovativo

Approvedo pela Ilustrada Junta de Higiene Pública da Corte.

Autorizado por Decreto Imperial de 20 de Junho de 1883.

COMPOSIÇÃO

Firmo Condido de Figueiredo.

Empregado, com a maior eficácia no rheumatismo, de qualquer natureza, em todas as moléstias da pele, nas feridas, ou flores brancas, nos solfres, e ocasionados pela impureza do sangue, e singularmente nas diferentes formas da syphilis.

Dóse — Nos primeiros seis dias uma colher das de chá pela manhã e outra à noite, paramente ou diluída em água e em seguida mudar-se-lhe para colheres das de sopa para os adutos e meia para as crianças.

Regimen — Os doentes devem abster-se, apenas do alimento ácido e gorduroso, devem usar dos banhos frios em morros, segundo o estado da molestia.

VEDE-SE

NA

DRUGARIA

Francisco M. da Silva & C.º

PERNAMBUCO

EMULSÃO DESCOTT

de ÓLEO PURO
—
FIGADO DE BACALHAU
com
**HYPOPHOSPHITOS
DE CAL E SODA.**



NOVIDADE

de

TIMIBAÚBA.

TONICO

jua-mutamba

Este tonico preparado com plantas de propriedades conhecidas pelo nosso público, é a melhor de todas as preparações até hoje descobertas para impedir a queda dos cabellos, dessipar as caspas e os conservar no mais formoso estado, além de ser um magnífico perfume para o toilette.

Encontra-se à venda em todas as armarias e lojas de miudezas.

Duzia 10\$000. Frasco 1\$000

Depósito

PHARMACIA MARTINS

83-RUA DUQUE de CAXIAS-83

Recife

Hotel Central

MULUNGU

Os abaixo assinalados avisam ao respeitável público que estabeleceram um hotel confronte a estação da ferrovia Conde d'Eu; onde os Srs. passageiros encontrarão os comodos precisos e a preços modicos.

Tem aposentos especiais para famílias assim como encarregam-se de qualquer encomenda bem como remessas de cartas, dinheiro &c.

Encarregam-se também de tratamento de animais, têm cavalos para alugar e finalmente encontrarão os Srs. passageiros tudo quanto preciso for a seus comodos.

AQUINO & FONSECA

BOLETIM COMMERCIAL

Feira de Itabayanna em 19 de Agosto de 1890.

Bois recolhidos aos curraes 800
Vendidos 800

Regulando o kilo da carne 200 a 220 rs.

Destino

Pernambuco 400

Seguiram para a Paraíba 100

(diversos) 300

Sobras 000

800

Feira de Campina 22 de Agosto da 1890.

Houve 1600 bois.

Pela estrada do Siridá 000

“ “ das Espinharas 700

Sobra da feira passada 00

Mercado de Campina em 16 de Agosto de 1890.

Milho	0\$800
Feijão	0\$600
Farinha	0\$900
Carne seca	0\$500
Dita verde, kil.	0\$300
Rapadura, cento	9\$0000
Couro de bode, o cento	110\$000
Sola, o meio	2\$50

TYP. DA GAZETA DO SERTÃO

Crucifixo

O abaixo assinalado, morador na villa da Conceição do Piancó, de volta de sua viagem ao Recife, no mes passado, perdeu até a villa do Batalhão algumas legoas antes, um crucifixo de ouro, com o peso de 4 oitavas, pouco mais ou menos.

Quem o achou pode entregar na tipografia da Gazeta do Sertão, que será bem recompensado.

Zona Franca Leite de Alencar

LOJA DA ESTRIELLA DE JOÃO DA SILVA ALIMENTOS

N.º 33

PRACA DA INDEPENDENCIA

Neste bem montado e acreditado estabelecimento encontra-se um grande sortimento de franguelas de todas as procedências, que se vendem a preços modestos e o perfeito gosto dos fregueses.